

SMALL CLAUSES NOMINAIS E ESTRUTURAS EQUATIVAS

ANDRÉIA DE FÁTIMA RUTIQUEWISKI GOMES
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

ABSTRACT *This article analyses some theories about the copular constructions and discusses the relation between the copula and the nominal small clauses. It also presents the assumption that the nominal small clauses are predicative structures: DP1 always performs the role of subject and DP2 of predicate, no matter the DPs inherent features be.*

INTRODUÇÃO

As *small clauses* discutidas neste artigo são as que aparecem em posição de complemento de verbos de Marcação Excepcional de Caso (ECM – *Exceptional Case Marking*) como *considerar*. Segundo Rothstein (1995, 2001), uma *small clause* complemento, é uma instância de predicação primária. Neste tipo de predicação, o sujeito e o predicado estão em c-comando mútuo, formam um constituinte juntos e o sujeito não é tematicamente licenciado fora da relação de predicação em que ele ocorre. A sentença em (1) é um exemplo desse tipo de estrutura:

(1) Considero [Maria inteligente].

Em (1), o verbo *considerar* seleciona todo o complemento oracional *Maria inteligente* ao qual atribui papel-q interno. Esse fato faz com que o NP *Maria* não receba dupla marcação temática. Como a necessidade de Caso não pode ser suprida dentro da *small clause*, a marcação vem do verbo: *considerar* atribui Caso acusativo (ECM) para o sujeito da *small clause*.

Os predicados encaixados, nas *small clauses* complementos, podem ser de categoria adjetival (2a), nominal (2b) ou preposicional (2c):

- (2) a. Considero a tarefa difícil.
b. Considero João um amigo.
c. Considero essa hipótese de grande valia.

Estas construções podem aparecer com uma oração encaixada com tempo finito, como mostram as sentenças em (3). Em (3b), a cópula *ser* está explícita.

- (3) a. Considero [Pedro o líder do grupo]¹.
b. Considero que [Pedro é o líder do grupo].

As *small clauses* nominais, como em (3a), possuem um DP na posição de predicado, ou seja, são estruturas [DP1 DP2]. Estas construções estão relacionadas às sentenças copulares do tipo [DP1-cópula-DP2] e levantam uma série de questionamentos, como a questão da equatividade ou identidade de DPs, que é o assunto deste trabalho.

Segundo a literatura, as sentenças copulares com estrutura [DP1-cópula-DP2] podem ser classificadas como equativas ou predicativas. Para a distinção, o fator considerado é a determinação ou não do DP pós-cópula (DP2). Se o DP pós-cópula for definido, temos sentenças equativas. Se o DP for indefinido, sentenças predicativas. Na sentença predicativa, a relação funcional (no sentido fregeano de função) é tal que DP2 é predicado de DP1, de modo que DP1 pertence à categoria de DP2. Estrutura equativa é aquela em que os DPs sujeito e predicado podem permutar suas posições (se A é B, B é A sem prejuízo de verdade). Num ponto de vista referencial, sentenças equativas verdadeiras são estruturas A é B em que A e B reportam-se ao mesmo referente, já que uma coisa é sempre idêntica a si mesma (LAGE, 1999).

Seguindo os critérios discutidos acima, as estruturas em (4), com DP2 indefinido, são predicativas. Já as construções em (5), com DP2 definido, equativas.

- (4) a. Pedro é um vencedor.
b. Considero [Pedro um vencedor].
- (5) a. Pedro é o vencedor.
b. Considero [Pedro o vencedor].

No entanto, a equatividade em sentenças com DP2 definido apresenta diferentes posicionamentos teóricos. Há autores, como Moro (1995, 1997), que consideram as sentenças (4) e (5) predicativas, ao contrário de outros autores que, seguindo a tradição, consideram as estruturas em (4) predicativas e as em (5) equativas.

Para discutirmos a equatividade nas *small clauses*, estruturamos este artigo em três partes. Primeiramente, apresentamos uma breve história da cópula. As teorias de Moro (1995, 1997), Rothstein (1995) e Heycock e Kroch (1999) sobre a existência ou não de estruturas de identidade entre DPs são discutidas em seguida. Finalmente, analisamos *small clauses* com estrutura [DP1 DP2] do português e delineamos um tratamento para estas estruturas.

1. UMA APRESENTAÇÃO SOBRE A CÓPULA

O termo *cópula* oculta pelo menos três tradições distintas que têm sido levadas em consideração pelos lingüistas modernos: a teoria de Aristóteles, a de Abelardo² e a de Russel.

¹ Sobre as *small clauses* complementos de verbos como considerar, ver Gomes (2006).

² Pedro Abelardo (1097-1142), importante teólogo e filósofo escolástico. Foi uma das mais originais figuras do mundo medieval.

Essas três tradições contribuem para a construção do significado da cópula e são brevemente apresentadas a seguir. Esta discussão é baseada em Moro (1997).

Em Aristóteles (*De Interpretatione*), a cópula é compreendida como uma entidade especial devido ao papel central que desempenha na análise da sentença declarativa. Para se ter uma sentença declarativa nos moldes aristotélicos, um sintagma nominal não é suficiente, porque um nome por si só não pode ser verdadeiro ou falso. A sentença precisa apresentar um verbo ou a flexão de um verbo. Um sujeito, um predicado e uma especificação de tempo são os elementos constitutivos de uma sentença declarativa. A cópula, para Aristóteles, é vista como o elemento que supre a sentença afirmativa com uma especificação temporal necessária, quando esta não é realizada em combinação direta com o predicado. Segundo a teoria aristotélica, qualquer sentença pode ser transformada em uma sentença copular. Não há diferença em dizer *um homem caminha* ou *um homem está caminhando*, já que estariam em distribuição complementar. A idéia de que a cópula não participa da relação predicativa é explicada pelo fato de que em, por exemplo, *um homem é justo* a cópula é considerada o terceiro componente. O sujeito é o primeiro componente e o predicado, o segundo, portanto, a cópula fica fora do predicado. O termo *verbo* também não pode ser aplicado para a cópula nesta visão porque, para Aristóteles, os nomes e os verbos, mesmo quando transpostos na sentença, ainda significam a mesma coisa (*um homem é branco / branco é um homem*). Como a cópula não pode ser transposta, não pode ser considerada um verbo. Conforme Moro (1997), em Aristóteles, é encontrada uma teoria da sentença declarativa como uma relação predicacional acrescida de especificações temporais e, ligada a esta, está também uma teoria da cópula como expressão de tempo em distribuição complementar com a flexão verbal. Aristóteles também considera como declarativas aquelas sentenças constituídas apenas por um nome e a cópula, como em *Pedro é*. Sobre este assunto, o texto de Aristóteles não indica explicitamente como este uso pode ser compreendido dentro da teoria da cópula como um terceiro componente. Muitos estudiosos modernos simplesmente assumem que, sobre esta questão, Aristóteles substitui a teoria do uso copulativo para o uso existencial.

Abelardo introduz o termo *cópula* no pensamento ocidental e em sua *Dialectica* estava principalmente interessado no modo com que os silogismos podem ser construídos. Abelardo seguiu a teoria aristotélica por enfatizar o papel do *ser* como o elemento que pode transformar um nome e um predicado num silogismo e não pelo fato de a cópula ser considerada como o elemento que é capaz de suprir a sentença com uma especificação de tempo. É essa troca conceitual que relaciona o termo *cópula* com o Latim *copulare*, que significa *ligar*. Em sentenças como *um homem é um mamífero* e *Sócrates é um homem*, a cópula permite que o sintagma nominal *um homem* receba o papel de sujeito na primeira sentença e de predicado, na segunda. Abelardo apresenta ainda um contra-argumento à hipótese de que a cópula pode ser interpretada como um predicado de existência. Segundo Abelardo, uma sentença como *Sócrates é*, onde a cópula aparece apenas com um sujeito, abala a teoria da cópula como uma ligação entre um sujeito e um predicado, como em *Sócrates é homem*. Se *Sócrates é* é interpretado como *Sócrates é existente* (supondo que *é* significa *é existente*), nada impede uma sentença como *Sócrates é existente* de ser interpretada como *Sócrates é existente existente* e assim por diante. Vários séculos depois,

a idéia de cópula no sentido de Abelardo constituiu um elemento importante no pensamento da Escola de *Port Royal*.

Russel promoveu a maior mudança de perspectiva na análise da cópula. Em seu livro *Introduction to the Philosophy of Mathematics*, o autor afirma que a proposição *Sócrates é um homem* é equivalente a *Sócrates é humano*, mas não é a mesma proposição. A cópula em *Sócrates é humano* expressa uma relação entre sujeito e predicado. Já em *Sócrates é um homem*, a própria cópula desempenha o papel de predicado, mais especificamente um predicado que expressa identidade. Assim, para o autor, a cópula é ambígua entre a predicação e a identidade.

Todas essas visões tradicionais da cópula são independentes da estrutura sintática da sentença. As diferentes funções que a cópula assume são analisadas como inerentemente dependentes da própria palavra. Uma teoria relacionada a conceitos de estrutura inicia apenas com Jespersen, a partir da década de 1920. Este autor, porém, permanece fiel a Aristóteles.

Moro (1995) salienta que as sentenças copulares continuam integrando os estudos modernos, embora tenham perdido a posição central que possuíam nos trabalhos anteriores.

2. ALGUMAS TEORIAS SOBRE AS CONSTRUÇÕES COPULARES

Moro (1995, 1999) defende a idéia de que a equatividade não existe, ou seja, é uma mera ilusão. O autor argumenta que há apenas um único verbo *ser*: o predicativo.

A hipótese de Moro (1995) é que há relação de predicação mesmo nas *small clauses* nominais com DP2 definido. Segundo o autor, a própria existência de *small clauses* nominais rejeita a hipótese de que a categoria lexical tenha influência sobre a predicação, como mostram as sentenças (6) e (7). Em (7), *John e the cause of the riot* apresentam a mesma relação predicativa que ocorre em (6), mesmo não contendo verbo.

- (6) $[_{DP} \text{John}] [_{VP} \text{is}] [_{DP} \text{the cause of the riot}]$.
(7) I consider $[_{SC} [_{DP} \text{John}] [_{DP} \text{the cause of the riot}]]$.

Em (6) e (7), temos a afirmação de que o indivíduo chamado *John* tem a propriedade de ser *the cause of the riot*.

Heycock e Kroch (1999), em contraposição à hipótese de Moro (1995), defendem que a equatividade existe. Um exemplo bastante claro é a tautologia em (8):

- (8) When it comes down to it, honest is honest.

Há exemplos como (9a) e (9b), segundo Heycock e Kroch, em que os dois DPs são igualmente referenciais.

- (9) a. Your attitude toward Jones is my attitude toward Davies.
b. My opinion of Edinburgh is my opinion of Philadelphia.

Para os autores, em nenhum dos casos acima parece possível interpretar um dos DPs como menos referencial/mais predicativo do que o outro. Consistente com isso, nenhuma ordem desses DPs, dentro de uma *small clause*, parece aceitável. É o que mostra (9a) em (10):

- (10) a. Your attitude toward Jones is my attitude toward Davies.
 b.* I consider your attitude toward Jones my attitude toward Davies.
 c.* I consider my attitude toward Davies your attitude toward Jones.

Rothstein (1995) defende a existência de estruturas com cópula *ser* equativas e predicativas. Em seu estudo, a autora analisa dados do hebraico e mostra que as sentenças matrizes nesta língua podem ser estruturadas sem nenhum verbo, o que faz com que tenham a configuração de uma *small clause* complemento – a autora denomina esse tipo de estrutura de *small clause matriz*. A cópula, no hebraico, não é expressada por um verbo. É uma cópula com características pronominais, porque contém marcas de gênero e número:

- (11) Dani (hu) nexmad.
 Dani (MASC/SING) agradável.
 Dani é agradável.

A autora verifica que nas orações matrizes predicativas do hebraico, como em (11), a cópula é um elemento opcional. Como nestas orações existe um sujeito e um predicado, elas são internamente licenciadas pela predicação.

Segundo Rothstein (1995), no hebraico não existem *small clauses* matrizes equativas sem a presença da cópula:

- (12) a. Dani *(hu) mar Yosef.
 b. Dani (MASC/SING) Sr. Yosef.
 c. Dani é o Sr. Yosef.

A partir desses dados, Rothstein estabelece uma comparação entre as *small clauses* matrizes do hebraico e as *small clauses* complementos do inglês. A autora sugere que a *small clause* predicativa complemento do verbo *consider* do inglês (13) equivale à oração de cópula do hebraico em (14a) e à *small clause* em (14b):

- (13) [I consider [_{SC} [_{DP} the winner (to be)_{AP} a good runner].
 (14) a. [_{SC} [Dani]_{DP} [hu [nexmad]_{AP}]].
 b. [_{SC} [Dani]_{DP} [nexmad]_{AP}].

Rothstein destaca que, tanto em hebraico como em inglês, *small clauses* sem cópula só podem ser predicativas (no hebraico, isso vale também para as matrizes). Para ser equativa, a construção precisa ter a cópula, como mostram os exemplos (15) e (16b).

- (15) [I consider [_{DP} the winner *(to be)_{DP} Mary].

- (16) a. *[Dani]_{DP} [mar Yosef]_{DP}.
 b. [Dani [hu [mar Yosef]_{DP}]_{I'}].

Para Rothstein (1995), o verbo *to be* comporta-se da mesma maneira nas sentenças de identidade e predicativas. O argumento na posição de sujeito não recebe papel-q e o termo pós-cópula não recebe caso. A autora afirma que o verbo *to be* não é ambíguo, já que apresenta o mesmo comportamento sintático.

Essa discussão mostra diferentes posicionamentos teóricos sobre as sentenças copulares. Moro (1995, 1997) assume que a equatividade ou identidade de DPs não existe. As construções copulares, para Moro, são sempre predicativas. Já Heycock e Kroch (1999) e Rothstein (1995) defendem a existência de sentenças equativas, argumentando, porém, que o sentido equativo não é possível nas *small clauses* complementos, pois tornam estas estruturas agramaticais.

3. AS SMALL CLAUSES E O CONTEXTO OPACO OU INTENSIONAL

Para o estudo da relação entre as *small clauses* de estruturas [DP1 DP2] e as sentenças copulares, levamos em conta a presença do contexto opaco ou intensional. As *small clauses* em posição de complemento de verbos como *considerar* (*Considero Pedro um vencedor / Considero Pedro o vencedor*) aparecem nesse tipo de contexto.

Segundo Borges Neto (2003), as expressões introdutoras de contextos opacos ou intensionais fazem com que as expressões em seu escopo deixem de denotar as extensões diretamente e passem a denotar intensões. As nossas interpretações são feitas sempre em relação a modelos de mundo, assim, a escolha do modelo em que irão ser feitas as interpretações (se mundo real ou fictício) é um fator importante a ser considerado. Verbos como *considerar*, *imaginar*, *saber*, *pensar*, *acreditar* remetem a mundos paralelos ao mundo real: o mundo dos conhecimentos do falante, o mundo de suas crenças, etc. Esses verbos relativizam as proposições que os complementam com relação a uma dessas atitudes do falante.

Observemos a *small clause* em (17):

- (17) Maria considera o José o Sr. Silveira.

Temos um verbo (*considerar*) de atitude proposicional, um contexto opaco ou intensional, que remete ao mundo das crenças de *Maria*. Digamos que *Maria* esteja recebendo cartas ameaçadoras e o remetente assine como *Sr. Silveira*. *Maria* não conhece nenhum *Sr. Silveira*, até que tem pistas de que é o pseudônimo de um amigo chamado *José*. Desse modo, nas crenças de *Maria*, *José* e *Sr. Silveira* são a mesma pessoa.

A possibilidade de inversão (se A é B, B é A), como vimos no início do artigo, é compreendida como uma prova de que se trata de uma sentença equativa. No entanto, Borges Neto³ afirma que essa possibilidade não pode ser considerada uma evidência no

³ Em comunicação pessoal.

caso da *small clause* complemento de verbo como *considerar*. Isto porque o que se declara, por exemplo, é A é B, no mundo possível das crenças do falante, e não outra coisa (B é A). A inversão não ocorre exatamente pela presença do contexto opaco na *small clause*. As expressões são essenciais neste tipo de contexto, como mostram as sentenças em (18):

- (18) a. Considero a Maria o motivo da discórdia. [A é B]
 b. Considero o motivo da discórdia a Maria. [B não é A]

3.1 *Small Clauses* nominais com DP2 definido

O fato de uma sentença apresentar DP pós-cópula (ou DP2) definido e DP1 e DP2 conduzirem ao mesmo referente são fatores geralmente utilizados pela literatura para determinar uma estrutura como equativa. Defendemos, porém, a hipótese de que a simples presença de um DP2 definido em *small clauses* nominais não é suficiente para termos uma estrutura que permita uma leitura de identidade entre os DPs.

Assumimos, como Moro (1995), a hipótese de que as *small clauses* (4b) e (5b), retomadas em (19) e (20), são predicativas. Assim, uma *small clause* nominal com DP2 definido como (20) não é equativa, mas predicativa, do mesmo modo que as estruturas com DP2 indefinido como em (19)⁴.

- (19) Considero [_{SUJ} João] [_{PRED} um vencedor].
 (20) Considero [_{SUJ} João] [_{PRED} o vencedor].

Consideramos que há uma relação de predicação entre os dois DPs em (20), mesmo sendo o DP2 definido. O DP *o vencedor* desempenha o papel de predicado do DP sujeito *João*. Ou seja, o DP *o vencedor*, em (20), é utilizado como uma forma de predicação para o DP *João*.

Cada DP, em uma *small clause*, parece desempenhar uma função específica. Pela sentença (21), é possível perceber que o DP *a menina* não pode funcionar como predicado nesta *small clause*. Isso mostra que os DPs definidos desempenham funções diferentes em (21).

- (21) a. Considero a menina a bailarina do Teatro Municipal.
 b. Considero [_{SUJ} a menina] [_{PRED} a bailarina do Teatro Municipal].
 c. *Considero [_{SUJ} a bailarina do Teatro Municipal] [_{PRED} a menina].

A agramaticalidade da sentença (21c) pode ser explicada em graus de especificidade⁵: *a menina* supõe que se chega à singularidade apenas com o auxílio do predicado *x é*

⁴ Uma versão preliminar sobre essa hipótese foi apresentada no 54º Seminário do Gel.

⁵ É importante destacar que não assumimos graus de referencialidade (um DP é menos referencial/mais predicativo do que o outro) como Moro ou Heycock e Kroch. Consideramos que há um equívoco nisso, pois a referencialidade não possui grau. Nossa hipótese independe das características inerentes de cada DP.

menina. A *bailarina do Teatro Municipal* supõe que se chega à singularidade com a contribuição de um predicado *x é bailarina* e de um predicado eventivo *x é bailarina que baila no Teatro Municipal*. Logo, *a menina* é menos específico, nesse contexto e em comparação com o outro elemento (*a bailarina do Teatro Municipal*).

Já na sentença (22), onde temos os DPs *o vendedor do mês* e *o atleta do ano* é difícil determinar grau de especificidade como em (22). Tanto o DP *o vendedor* quanto o DP *o atleta* podem ser sujeito ou predicado da *small clause*. Podemos ter em (22a), por exemplo, algo como *considero o vendedor do mês de minha loja o atleta do ano* (o vendedor que se destacou neste mês em minha loja é atleta e, em minha opinião, é o melhor atleta do ano). Em (22b), podemos pensar em algo como *considero o atleta do ano* (o Pedro, que está sem patrocínio no momento e precisa trabalhar) *como o vendedor que mais se destacou neste mês em minha loja*.

- (22) a. Considero [_{SUJ} o vendedor do mês] [_{PRED} o atleta do ano].
 b. Considero [_{SUJ} o atleta do ano] [_{PRED} o vendedor do mês].

Em cada uma das sentenças em (22), o DP2 é visto como uma predicção para o DP1. Assim, os dados do português sugerem que nas *small clauses* [DP1 DP2], o segundo DP é sempre predicado e o primeiro, sempre sujeito. O segundo DP é compreendido como um predicado do indivíduo referido pelo primeiro DP. Essa hipótese não está relacionada às características inerentes dos DPs, como exemplifica (23):

- (23) a. Considero [o menino] [o Lula].
 b. Considero [_{SUJ} o menino] [_{PRED} o Lula].

Em (23), o *x que é o menino* tem as propriedades aludidas (a intensão) pelo DP *o Lula*. A inversão, como já salientamos, não pode ser feita em *small clauses* como (23), mantendo o valor de verdade, porque se trata de um contexto opaco ou intensional. Dessa forma, é possível imaginar que se um dado *x* tem todas as propriedades associadas a *Lula*, esse *x* é *o Lula*, no mundo das crenças do falante.

A cópula sempre será propriedade e não é preciso assumir sua ambigüidade para a derivação do sentido equativo. Em (24) e (25), podemos imaginar uma situação (mundo) em que *João* pertença a um conjunto singular.

- (24) João é o bombeiro.
 (25) Considero [João o bombeiro].

Sendo singular o *conjunto dos bombeiros*, as sentenças em (24) e (25) são equativas ou de identidade. Nestas sentenças, *o bombeiro* equivale a *existe um e apenas um x: x é bombeiro*. Logo, *João* é esse *x* único. *João* denota um *x* e *o bombeiro* denota o mesmo *x*.

É importante destacar que a interpretação equativa em estruturas com DP2 definido não é a primeira que aparece. Contudo, com esses pressupostos, não é preciso assumir, como Russel, que existem dois verbos *ser*. Também não é necessário estabelecer duas

estruturas sintáticas distintas para as sentenças copulares e, conseqüentemente, para as *small clauses* nominais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Duas questões nortearam este estudo: o papel da cópula e a questão da identidade de DPs. Inicialmente, apresentamos uma breve história da cópula, retomando as visões tradicionais de Aristóteles, Abelardo e Russel. Discutimos também as teorias sobre as sentenças copulares de Moro (1995, 1997), Heycock e Kroch (1999) e Rothstein (1995). A seguir, analisamos *small clauses* nominais em posição de complemento de verbos como *considerar* do português.

Defendemos que uma *small clause* nominal não pode ser classificada como equativa pelo simples fato de apresentar DP2 definido. Mostramos que a possibilidade de inversão (se A é B, B é A) não pode ser considerada uma evidência de que a sentença é equativa, já que as *small clauses* complementos de verbos como *considerar* formam contextos opacos ou intensionais. As expressões são fundamentais neste tipo de contexto. Assim, no caso dos verbos de atitude proposicional como *considerar*, se A é B, B não é A.

A hipótese assumida é que as *small clauses* com estrutura [DP1 DP2] do português são predicativas. Compreendemos DP2 como um predicado do indivíduo referido pelo DP1. Ou seja, entre DP1 e DP2 sempre há uma relação de predicação. Mesmo com essas considerações, destacamos que é possível derivar o sentido equativo de uma sentença sem a necessidade de propor uma ambigüidade para a cópula, já que o verbo *ser* é compreendido como propriedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES NETO, J. (2003). Semântica de modelos. In: MÜLLER, A. L., NEGRÃO, E. V., FOLTRAN, M. J. *Semântica formal*. São Paulo: Contexto.
- GOMES, A. R. G. (2006). *As small clauses complementos no português do Brasil*. Curitiba. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Paraná.
- GUASTI, M. T. *Syntax e Semantics: Small Clauses*. Vol. 28. Califórnia: Academic Press, 1995.
- HEYCOCK, C.; KROCH, A. (1999). Pseudocleft connectedness: implications for the LF Interface Level. In: *Linguistic Inquiry*. Vol. 30, nº3. Massachusetts Institute of Technology. p. 365-397.
- LAGE, N. M. (1999). *As estruturas DP-ser-DP no português brasileiro*. Florianópolis. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.
- MORO, A. (1995). Small Clauses with Predicative Nominals. In: CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. *Syntax e Semantics: Small Clauses*. Vol. 28. Califórnia: Academic Press.
- _____. (1997). *The Raising of Predicates: Predicative noun phrases and the theory of clause structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROTHSTEIN, S. (1995). Small Clauses e Copular Constructions. In: CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. *Syntax e Semantics: Small Clauses*. Vol. 28. Califórnia: Academic Press.